



## EDITAL NÚMERO 332/2019

**---RUI JOSÉ DA COSTA PEREIRA, NA QUALIDADE DE VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA,-----**

**--- FAZ PÚBLICO QUE,** foi celebrado no dia 18 de julho de 2019, o Protocolo número 57/2019, com a Associação de Escoteiros de Portugal - AEP, que a seguir se reproduz.-----

**“Considerando que:-----**

O âmbito de atribuições do Município de Sintra, reclama a criação de sinergias com outras entidades para a otimização dos respetivos recursos, numa ótica de gestão concertada do território e dos valores naturais existentes, em prol dos melhores e superiores interesses dos munícipes e de todos os que usufruem da Vila de Sintra enquanto Património Mundial da Humanidade e da sua incomparável e única Serra;-----

Tal colaboração reveste-se de um carácter multifacetado, concretizável em diversos planos de intervenção, designadamente no âmbito da sensibilização ambiental com a colaboração da sociedade civil e do movimento associativo, que ora importa densificar em sede formal, na sequência da deliberação do órgão municipal competente;-----

A Associação dos Escoteiros de Portugal, (AEP) têm como missão educar os jovens para desempenharem um papel ativo na sociedade, através de um método único de educação não formal, assente num sistema de valores, que visa ajudar a construir um mundo melhor onde as pessoas se sintam realizadas como indivíduos e desempenhem um papel construtivo na sociedade, assente numa cidadania participativa, responsável e tolerante e no respeito pelo ambiente;-----

Nos termos da “Lei do Escoteiro”, este é respeitador e protetor da Natureza;----

Em contacto constante com a Natureza, os Escoteiros levam a cabo atividades que desenvolvem a sua área intelectual, física, social, afetiva, espiritual e também o seu carácter;-----

A AEP, tem vindo, ao longo dos anos, a concretizar iniciativas que contribuem para a conservação da natureza e da paisagem;-----

2



O Grupo 93 da AEP considera a Serra de Sintra como a sua “segunda casa” na qual passa grande parte do seu tempo e com a qual aprende quotidianamente;- Nas décadas de 80 e 90 do século passado, o Grupo 93 da AEP trabalhou em conjunto com o Município de Sintra levando a cabo algumas atividades tais como recolha de lixo, reflorestação de determinadas zonas da Serra de Sintra, remoção de acácias e outras espécies invasoras, bem como uma vigilância constante do Parque Natural de Sintra-Cascais;-----

Em permanente contacto com as autoridades responsáveis, o Grupo 93 da AEP integrou ainda, na mesma época, um projeto de vigilância preventiva na época estival assegurando todos os turnos de um mês inteiro de vigilância na torre de vigia da Pedra Amarela;-----

O concitar de vontades entre o Município e a AEP, no âmbito de um projeto de sensibilização ambiental, designadamente com intervenções de arborização e eliminação de invasoras lenhosas na Serra de Sintra e vigilância na época crítica de fogos florestais, reveste-se de indubitável interesse municipal tendo em atenção que contribui, de modo relevante, para o ambiente como valor superlativo e constitucionalmente consagrado;-----

Sem prejuízo do exposto e pela prática usual de atividades na Serra, os escoteiros desenvolvem regularmente uma relevante sensibilização ambiental ensinando os jovens a proteger a floresta e a identificar comportamentos perigosos, bem como assumem a missão de transmitir estes valores e ensinamentos à sociedade civil;-----

O Grupo 93 já foi oficialmente uma força de prevenção ativa na Serra de Sintra e embora hoje não o faça de forma formal, continua a dar o seu contributo na respetiva proteção, estabelecendo sempre contacto com as autoridades competentes e dando alertas, quando deteta alguma situação anómala;-----

Em 2017, em parceria com o ICNF IP, o Grupo 93 da AEP organizou uma atividade que reuniu cerca de 300 escoteiros tendo estes participado ativamente na limpeza da zona circundante da Lagoa Azul;-----



2

As atividades a desenvolver por parte do Grupo de escoteiros 93 nos perímetros florestais da Serra de Sintra constituem uma mais-valia em termos ambientais;-----

Constituem atribuições dos municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, dispondo de atribuições, designadamente, no domínio do ambiente, nos termos do n.º 1 e da alínea k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

Compete às câmaras municipais por força da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico supra, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município;-----

Compete ainda às câmaras municipais apoiar atividades que se revistam de interesse para o município, por força da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime acima citado.-----

Assim, aos 18 de julho de 2019, nesta Vila de Sintra, no edifício dos Paços do Concelho de Sintra, compareceram como outorgantes:-----

#### PRIMEIRO OUTORGANTE

O MUNICÍPIO DE SINTRA, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, em Sintra, titular do cartão de pessoa coletiva de direito público número 500 051 062, neste acto representado pela Exma. Sra Vereadora da Câmara Municipal Maria da Piedade de Matos Pato Mendes, ao abrigo da alínea iii, nº 2-A, do despacho de delegação de competências número 79-P/2017, de 16-11-2017, do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, adiante designado por primeiro outorgante;-----

#### SEGUNDO OUTORGANTE

A ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL, sem fins lucrativos e de utilidade Pública, pessoa coletiva número 500989109, com sede Travessa das Galeotas n.º1, em Lisboa, 1300-264 Lisboa, representada neste ato, pelo bastante procurador [REDACTED] cuja identidade reconheço pela exibição do respetivo documento de identificação, na qualidade de Escoteiro Chefe do Grupo n.º 93 de Sintra, com poderes para o acto conforme ata da



eleição e tomada de posse dos órgãos Sociais e procuração outorgada a 11 de março de 2019, com termo de autenticação de 20 de março de 2019, sob o número 14286L/1734, no registo online da ordem dos advogados, documentos que arquivo.-----

Que, de boa-fé, livre e esclarecida vontade, celebram o presente protocolo que se rege de acordo com as seguintes cláusulas:-----

#### Cláusula Primeira

##### (Objeto)

O Presente Protocolo visa regular e disciplinar uma ação concertada entre as partes outorgantes no âmbito da cooperação para o desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, designadamente com intervenções de arborização e eliminação de invasoras lenhosas na Serra de Sintra e com a vigilância daquele espaço natural, durante a época estival, em especial no período crítico de risco de incêndio.-----

#### Cláusula Segunda

##### (Obrigações do Primeiro Outorgante)

1-O primeiro outorgante obriga-se a:-----

a)Apoiar o segundo outorgante com uma verba de 1.000,00€ (mil euros) para a aquisição de ferramentas manuais, material vegetal que se considere necessário na recuperação dos espaços florestais abandonados, bem como para o desenvolvimento das ações de sensibilização ambiental;-----

b)Prestar apoio técnico ao segundo outorgante, designadamente nas ações de recuperação de espaços florestais;-----

c)Articular as atividades com a entidade gestora dos Perímetros Florestais (PSML);-----

d)Fornecer ao segundo outorgante cartografia, durante o período crítico de risco de incêndio;-----

e)Disponibilizar ao segundo outorgante rádio de comunicações com acesso à central de proteção civil durante o período referido na alínea anterior; -----

f)Definir as rotas de vigilância que o segundo outorgante deve efetuar.-----

2—O encargo assumido pelo primeiro outorgante previsto na alínea a) do número anterior fica condicionado à existência de fundos disponíveis no âmbito

do disposto na Lei nº 8/2012 de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, não havendo lugar a qualquer indemnização ou compensação decorrente da respetiva indisponibilidade.-----

#### Cláusula Terceira

##### (Obrigações do Segundo Outorgante)

1–Todas obrigações que assistem ao segundo outorgante no âmbito do presente Protocolo são operacionalizadas pelo Grupo 93 da AEP.-----

2 - No âmbito do presente protocolo, incumbe ao segundo outorgante:-----

a)O desenvolvimento das ações de sensibilização ambiental;-----

b)Contribuir para dinamizar e promover a boa utilização da área florestal com o acolhimento de outros grupos de escoteiros;-----

c)Proceder à recuperação de espaços florestais e a ações de arborização;-----

d)Proceder à remoção de invasoras lenhosas e à remoção de resíduos;-----

e)Proceder à aquisição de materiais, necessários para a concretização das ações;-----

f)Proceder à vigilância pedestre e organizada durante o período crítico de risco de incêndio.-----

3 - Para aferição do cumprimento do presente Protocolo, o segundo outorgante deve apresentar trimestralmente ao primeiro outorgante relatório sobre a execução das atividades objeto do mesmo.-----

#### Cláusula Quarta

##### (Obrigações Comuns dos Outorgantes)

Impende sobre os Outorgantes uma obrigação de informação mútua sobre tudo o que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente protocolo e atuar diligentemente na prossecução dos seus fins.-----

#### Cláusula Quinta

##### (Prazo de vigência)

1-O protocolo, após a, entra em vigor com a sua assinatura e vigora até 31 de dezembro de 2019, sem prejuízo da resolução, nos termos do presente Clausulado e, subsidiariamente, da lei geral.-----

2-O presente Protocolo extingue-se por caducidade, no final do seu prazo de vigência.-----



### Cláusula Sexta

#### (Resolução)

1-O protocolo pode a todo o tempo, ser resolvido por qualquer das partes outorgantes caso outro outorgante não cumpra alguma das obrigações a que fica adstrito por força do presente Protocolo.-----

2-Caso o segundo outorgante não cumpra com as suas obrigações constantes do n.º 2 da Cláusula Terceira, impende sobre o mesmo a obrigação de devolução do apoio atribuído ao primeiro outorgante, sem prejuízo da responsabilidade civil e eventualmente penal concomitante.-----

3-Por imposição legal ou por motivos de ponderoso interesse público, o primeiro outorgante pode, em qualquer momento, resolver o protocolo.-----

4-A resolução produz efeitos no prazo de 60 dias após a notificação.-----

5-Todas as comunicações, no âmbito do presente artigo, efetuam-se através de ofício ou carta registada.-----

### Cláusula Sétima

#### (Revisão e Alterações)

1-O presente protocolo pode ser objeto de revisão, por acordo expresso das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelo primeiro outorgante devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, mediante adenda com as alterações a introduzir, as quais passam a fazer parte integrante do Protocolo.-----

2-Quaisquer alterações ao presente Protocolo só são válidas se constarem de documento escrito subscrito pelos outorgantes nos termos do Protocolo original.-----

### Cláusula Oitava

#### (Interpretação)

Qualquer questão que venha a ser suscitada, na interpretação, execução ou validade do protocolo, é dirimida por acordo entre as partes ou, na falta de acordo, pelo tribunal competente.-----



Cláusula Nona  
(Publicitação)

O presente Protocolo é objeto de publicitação nos sites institucionais das partes outorgantes.-----

A despesa resultante da aplicação deste protocolo no ano de 2019 no valor de €1.000,00, (mil euros), encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 08.01.03/04.07.01.04 e no Plano na rubrica 12.12.1.2019.26.15 – Processo CT-2019/19000842.-----

Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, é necessária a requisição oficial, juntando-se para o efeito o compromisso número 7819004786 datado de 23 de maio de 2019, processo CT-2019/19000842, fazendo parte integrante deste protocolo.-----

Este Protocolo, atento o seu montante, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei nº 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.-----

A minuta do presente protocolo foi aprovada na reunião da Camara municipal realizada no dia 16 -05-2019, sob a proposta numero 415-P/2019, de 13-05-2018.-----

Arquivo:-----

Comprovativo da situação contributiva se encontra regularizada perante a Segurança Social – consulta efetuada pelo município a 31-05-2019 e válida por seis meses;-----

Comprovativo da situação tributária regularizada relativamente a impostos – Certidão emitida pelo Serviço de Finanças de Lisboa – 7, a 31-05-2019, com a validade de validade de seis meses.-----

O presente Protocolo vai ser assinado e rubricado pelos Outorgantes sendo constituído por nove Cláusulas e contendo oito páginas, que vão ser assinadas e rubricadas e é feito em dois exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.-----

Paços do Concelho, aos 18 dias do mês de julho de dois mil e dezanove.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de





agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 02 de agosto de 2019.-----

**O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,**